



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

PAULO VITOR SANTOS ALMEIDA

**IMPRESSÕES SOBRE HOMOSSEXUALIDADE NAS CULTURAS INDÍGENAS:
O MOVIMENTO LGBTQIA+ E A JUVENTUDE INDÍGENA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

PAULO VITOR SANTOS ALMEIDA

**IMPRESSÕES SOBRE HOMOSSEXUALIDADE NAS CULTURAS INDÍGENAS:
O MOVIMENTO LGBTQIA+ E A JUVENTUDE INDÍGENA**

Projeto de pesquisa apresentado como pré-requisito para obtenção de nota no componente curricular TCC II, do curso de Bacharelado em Humanidades, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Gomes de Souza.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

PAULO VITOR SANTOS ALMEIDA

**IMPRESSÕES SOBRE HOMOSSEXUALIDADE NAS CULTURAS INDÍGENAS:
O MOVIMENTO LGBTQIA+ E A JUVENTUDE INDÍGENA**

Projeto de pesquisa apresentado como pré-requisito para obtenção de nota no componente curricular TCC II, do curso de Bacharelado em Humanidades, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Gomes de Souza.

Aprovado em: 29/03/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Gomes de Souza (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Marlon Marcos Vieira Passos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Jurema Machado de Andrade Souza

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	8
3	OBJETIVO GERAL	9
3.1	OBJETIVOS ESPECIFICOS	9
4	A TEMÁTICA PELO OLHAR DA LITERATURA: REVISÃO DA LITERATURA	10
5	PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	18
6	CRONOGRAMA	20
	REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), existem 896.917 mil índios residindo em comunidades indígenas no Brasil, correspondendo acerca de 240 povos indígenas, que falam cerca de 180 línguas distintos. Esses grupos estão espalhados em praticamente todo território nacional, sendo a região Norte a que possui o maior número de índios, em especial o estado do Amazonas¹. Algumas comunidades (aproximadamente 55) são isoladas, não havendo muitas informações sobre elas. Desses povos, 22 se encontram no estado da Bahia, identificados e totalizando cerca de 56.381 mil pessoas (IBGE, 2010), que vivem em 138 aldeias e comunidades. São 8.769 famílias distribuídas em 33 municípios e 11 territórios de identidade no estado (IBGE, 2007).

Toda essa diversidade nos leva a pensar como eram esses povos antes da colonização (anterior ao ano de 1500), em um tempo em que suas práticas culturais e costumes sexuais não eram vistos como sodomia ou pecado, e que muitas vezes as relações entre indígenas do mesmo gênero eram vistas como algo espiritual, como afirma Estevão Rafael Fernandes:

Contudo, há várias fontes apontando para um papel espiritual central desempenhado por esses indivíduos em suas aldeias: o que missionários e colonizadores percebiam como uma depravação era, muitas vezes, percebido como potencial xamânico pelos indígenas (2014).

O presente projeto busca refletir sobre a homossexualidade nas culturas indígenas, e que, segundo o pesquisador Estevão Rafael Fernandes, existem referências “às práticas homossexuais desde o século XVI, sem que isso repercutisse em preconceito ou agressão” (2016, p.16). Irei utilizar a terminologia “homossexualidade”² e variantes dessa categoria, mesmo sabendo que esse termo é também fruto do colonialismo, e, portanto, exterior a como muitas vezes essas práticas foram denominadas nas diversas línguas e cultura indígena, e desse modo, levando em consideração que cada comunidade utiliza ou utilizou termos diferentes para relações entre indígenas do mesmo gênero, e que hoje, devido ao contato,

¹ Fonte: Disponível no site do Instituto Sócio- Ambiental (ISA), Povos Indígenas no Brasil. <Disponível: https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o>. Acesso 20/03/2019.

² No povo pataxó, na língua *patoxãe*, o termo *manãy* que significa veado (animal), é associado aos homens que assumem a identidade sexual gay, por conta da expressão popular. Já para a mulher homossexual, utilizam o termo *patatxay* (sapatona).

poderão corresponder a uma lógica de apreensão semelhante a não indígena. De acordo com a afirmação de Fernandes:

Nesse sentido, as descrições sobre “homossexualidade indígena” devem ser encaradas aqui muito mais como uma expressão da obsessão colonizadora com a sexualidade indígena e seu controle: seu disciplinamento – e este é um ponto que buscarei demonstrar aqui – é parte do projeto colonial desde o início, nos esforços por incluir as coletivas indígenas, ora no conjunto de súditos da Coroa de Portugal, ora à comunhão nacional. (2016, p.16)

Os relatos de cronistas, viajantes, missionários que escreveram sobre as comunidades que encontraram aqui, revelam que os povos indígenas sempre deixaram subentendida a existência de índios homossexuais, que isso sempre fez parte de sua cultura, mas devido ao processo perverso que foi a colonização, que além de mudar costumes, práticas culturais desses povos, também fez com que o número de indígenas no Brasil diminuísse drasticamente e que instaurasse um certo conservadorismo e uma cultura heteronormativa, fazendo com que esses povos negassem a existência do que hoje chamamos de homossexualidade.

Fernandes, por exemplo, em artigo publicado pela revista *Etnográfica* (Vol. 21, 2017), escreve:

Acusar o indígena homossexual de “estar perdendo sua cultura”, desta forma, é focar sobre uma dessas subversões, trazendo o debate para dentro da esfera dos “civilizados”: esvaziando-se a diferença étnica, esvazia-se também a necessidade de pensar as fissuras abertas pelo processo colonial. Em outros termos, a dupla exclusão (étnica e sexual) mostra feridas causadas pela colonização em curso, obrigando a cultura do colonizador a reconhecer suas próprias contradições. (2017, p.9)

O levantamento feito sobre produção científica sobre esta temática, nos revela que apesar de recente e ainda tímida, o que encontramos sobre pesquisas que apontem a homossexualidade na perspectiva da cultura indígena é bastante relevante para o levantamento e reflexão deste tema na contemporaneidade. Do que já foi produzido, geralmente, visa aprimorar o debate sobre diversidade sexual existente na cultura indígena, problematizando a questão da visibilidade, da própria produção científica ou política sobre as sociedades indígenas a respeito da temática. Sobre aspectos históricos, a partir da perspectiva de como cronistas, missionários e viajantes se depararam com as práticas homoafetivas entre indígenas, e mais recentemente, temos encontrado material produzido sobre como os jovens tem

lidade com a questão LGBTQIA+, ressaltando, sobretudo, o uso de canais na internet e redes sociais para debater e dar visibilidade sobre essas questões entre os jovens indígenas e não indígenas.

Atualmente, a população LGBTQIA+ (Lésbica, Gay, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais) e que não pertence a um grupo étnico diferenciado centraliza o debate sobre os direitos humanos e combate à violência, passando por situações cotidianas de confronto ao que se refere à tradição, ou seja, as relações heteronormativas impostas sobre os costumes e cultura. Quando o diferente entra em choque com o tradicional que ainda não está aberto a novos debates, atrelando então à fobia da diferença na modernidade e na luta política.

Júlio Assis Simões e Regina Facchini abordam com perfeição o termo LGBTQIA+, no livro *“Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT”* (2009, p.14-5):

Algumas advertências precisam ser feitas desde já. A denominação LGBT aqui usada, segue em fórmula recentemente aprovada pela I Conferência Nacional GLBT, referindo-se a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Antes disso, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, de 2005, incluiu oficialmente o “B” de bissexuais e convencionou que o “T” referia-se a travestis, transexuais e transgêneros. Embora, como a deliberação da I Conferência Nacional, a sigla LGBT venha predominando nos meios ativistas, ela eventualmente assume variantes que invertem a ordem das letras (colocando o “T” à frente do “B”), duplicam o “T” (para distinguir entre travestis e transexuais, por exemplo) ou acrescentam novas letras que remetem a outras identidades (como o “I” de “intersexual” ou o “Q” de “queer”).

É importante problematizar a não visibilidade dessa temática dentro das comunidades indígenas e discutir para melhor compreender como no âmbito dessas sociedades poderá haver a quebra de paradigmas para que possa também ser reconhecida a existência de índios gays, sem que este reconhecimento não cause celeumas nos contextos indígenas, e que estejam igualmente, na frente de batalha contra a homofobia. A não compreensão dessa diversidade sexual, inclusive nas comunidades tradicionais, dificulta a visão ampliada sobre a cultura indígena em sua totalidade. Sendo assim, a pesquisa se propõe a analisar a convivência dos povos indígenas com a homossexualidade. Como as comunidades se relacionam com a diversidade sexual? Como os líderes da comunidade lidam com a homossexualidade de um nativo? São estabelecidas regras no convívio para os

indivíduos que seguem práticas homoafetivas, por isso a falta de debate sobre a temática? A partir dessas problematizações será possível pensar a homossexualidade como parte também da cultura indígena, levando esse debate para além das comunidades.

Para compreensão do tema, é importante que se tenha uma visão ampliada deste. Para além das classificações sobre gênero e sexualidade, oriundas da cultura heteronormativa, e que sobressai nas diversas culturas, e, de alguma forma, poderá influenciar no debate epistêmico que estuda a diversidade sexual em comunidades indígenas. A literatura antropológica nunca deu tanta atenção para a produção científica sobre essa temática nas comunidades indígenas, mesmo com a existência de relatos através de etnógrafos, como afirma Fernandes: “Apesar de testemunhado por etnógrafos em campo usualmente, não era ainda alvo de uma preocupação mais sistemática na literatura antropológica brasileira” (2017, p. 1).

Dessa forma, a partir da pesquisa que já desenvolvo e encontra-se em curso, podemos compreender que a homofobia representa muito mais os resquícios da colonização e não a prática da homossexualidade em si, esta é anterior a chegada dos colonizadores, já existiam nas comunidades e eram naturalizadas por fazerem parte de sua cultura. Não obstante, ao fazer esta afirmação, não podemos deixar de considerar que, na contemporaneidade, práticas homoafetivas nas comunidades indígenas sofrem preconceito e/ou discriminação, como relatam jovens indígenas em coletivos que fazem parte.

Assim, podemos reconhecer a relevância dos coletivos de jovens indígenas que tem levado essa discussão para as redes sociais e para a mídia, numa tentativa de dar maior visibilidade à comunidade LGBTQIA+ indígena e de contribuir com o debate, quebra de paradigmas e combate ao preconceito.

2 JUSTIFICATIVA

A falta de produção científica acerca da homossexualidade indígena me despertou o interesse em pesquisar esta temática. Já que pensando no debate epistêmico que envolve a cultura indígena e a homossexualidade que reflete na tradicionalidade dos grupos étnicos em suas vivências em comunidade, este não é um assunto tão debatido. Como a produção científica tem como objetivo apropriar-se

da realidade para melhor analisá-la e, posteriormente, produzir transformações, a discussão sobre os impactos da homossexualidade nas comunidades indígenas, além do aspecto prático muito relevante, reveste-se de importância para o meio acadêmico como uma tentativa de contribuir para os estudos nessa área.

Nesse contexto, a maior produção de estudos e conteúdos sobre homossexualidade indígena pode ser o início de um processo de transformação, que começa a alterar a realidade social, com um maior número de homens e mulheres indígenas, que passam a assumir sua identidade homoafetiva, bissexual ou como transexual, e que estende seus reflexos para a academia na produção científica, com um maior engajamento de pesquisadores se dedicando ao tema. Podendo pensar em um debate epistêmico interseccional³ entre gênero, raça, classe, orientação sexual, identidade étnica, para uma abordagem sobre a homossexualidade nas comunidades indígenas, já que essa pauta nunca teve muita atenção nos movimentos LGBTQIA+ e nem na literatura antropológica.

3 OBJETIVO GERAL

Abordar a homossexualidade a partir das culturas indígenas, problematizando a cultura da heteronormatividade que impede a reflexão da diversidade sexual na produção científica sobre o tema.

3.1 OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Compreender a cultura indígena com a experiência da homossexualidade dentro dos grupos e com suas especificidades étnicas.
- Estabelecer um diálogo epistêmico sobre diversidade cultural e sexual.
- Compreender os espaços ocupados por homossexuais na cultura indígena.
- Analisar como as novas gerações tem se relacionado com a questão da homossexualidade e o papel das redes sociais.
- Identificar a dimensão da produção do conhecimento existente sobre o tema.

³ O conceito de interseccional é referente a interseccionalidade, assim como preconiza Kimberle Crenshaw que “permite-nos enxergar a colisão das estruturas”, a interação simultânea das avenidas identitárias” (AKOTIRENE, 2018), como será possível cruzar os vários peretencimentos para a compreensão da comunidade LGBTQIA+ e indígena, proposta neste projeto.

4 A TEMÁTICA PELO OLHAR DA LITERATURA: REVISÃO DA LITERATURA

Para compreendermos a emergência, ou não, de movimentos indígenas homossexuais, faz-se necessário entendê-los não apenas como demandas de gênero ou sobre o corpo, mas, sobretudo, como fenômenos políticos ligados à sua relação com o Estado, com os próprios indígenas e com a sociedade envolvente (Estevão Rafael Fernandes, 2017)

Já existe uma contribuição bastante relevante da etnologia brasileira acerca das sociedades indígenas. E, no Brasil vem ocorrendo reflexões sobre homossexualidade nas comunidades indígenas como debates independentes, fugindo da tradicionalidade da antropologia brasileira. Recentemente foi criado um canal no YouTube “Papo de Índio” que vem contribuindo para a construção e ampliação do debate sobre diversidade sexual do povo pataxó. Jefferson Niotxarú Pataxó em entrevista a Laís Eduarda (Iã Gwarini do povo Tupinambá) para o canal “Papo de Índio” fala sobre a aceitação de indígenas LGBTQIA+ sem que eles sejam expulsos de casa, porém fala do preconceito vivenciado dentro da comunidade e até mesmo por algumas lideranças. Iã Gwarini reforça que os pais de indígenas homossexuais nunca expulsaram filhos que se declaram indígenas LGBTQIA+, como ocorre muitas vezes entre os não indígenas. E ressalta que a reprodução do preconceito e discriminação com esses indígenas seja muito mais a influência de outras sociedades não indígenas dentro das aldeias. Ressaltam a necessidade da pauta LGBTQIA+ dentro das comunidades, que faltam lideranças LGBTQIA+ como representatividade e resistência, e que mesmo a cultura tupinambá sendo matriarcal, não estão longe de sofrer com o machismo.

Muitos autores de clássicos da literatura sobre sociedades indígenas abordaram o tema sobre a sexualidade dos povos ameríndios. Além de existir relatos sobre indígenas de mesmo sexo biológico praticando relações sexuais e mantendo relacionamentos e, até mesmo, desempenhando papéis na comunidade de gêneros opostos. Segundo Rose-France de Farias Panet (2010), ela relata a existência de homossexuais e o papel ocupado pelos mesmos numa comunidade:

Crocker menciona a história de dois homossexuais que teriam existido nos anos 1930. Como lhe disseram, eles se vestiam, como mulheres, com panos de enrolar um pouco acima dos joelhos, apenas diferenciando-se do costume feminino em usá-los um pouco abaixo dos joelhos. Um dos homossexuais era usado como parceiro passivo nas relações sexuais, mas por pouco tempo. Ambos trabalhavam na roça de suas parentas, mas nenhum deles corria com tora, nem frequentavam as reuniões masculinas

do pátio. Segundo Crocker, a homossexualidade era expressa pela tomada de certos papéis e atividades femininas e pela rejeição dos papéis e atividades masculinas. (Panet 2010 , apud Fernandes, 2016, p. 27)

Há então uma abordagem que pode ser observada como a existência de indígenas transsexuais, mas que independente de sua identidade, por mais que esses fossem heterossexuais e desempenhassem papéis ditos “femininos”, eram considerados pela comunidade como uma pessoa homossexual. Como podemos ver, já existiam contribuições históricas que abordam a temática sobre um outro olhar.

Em 2014 o site do Jorna A Tarde publicou uma matéria sobre o GGB (Grupo Gay da Bahia), nela o GGB queria defender a canonização de um índio gay, eles acreditam que o tupinambá Tibira (termo da língua tupi que designa índios homossexuais) seria o primeiro mártir gay das Américas e que foi também o primeiro a sofrer de homofobia (1614). A iniciativa da campanha foi do antropólogo e historiador Luiz Mott que lançou o livro São Tibira do Maranhão, 1614-2014, Índio Gay Mártir, junto com o cordel Tibira do Maranhão: santo homossexual, da cordelista e doutora da UFBA, Salete Maria (Talento, 2014).

O martírio do índio é descrito pelo frei capuchinho francês Yves d'Evreux no seu livro História das Coisas Mais Memoráveis Acontecidas no Maranhão nos Anos de 1613 e 1614. Após se instalarem no Maranhão, os franceses, liderados pelo frade capuchinho, foram informados da existência de um famoso Tibira, termo da língua tupi que designa índios homossexuais. Mott lembra que na época a sodomia era considerada pela cristandade "o mais torpe, sujo e desonesto pecado". (Talento, 2014)

Estevão Rafael Fernandes em seu ensaio “Homossexualidade indígena no Brasil: desafios de uma pesquisa” (2014) fala sobre a necessidade de consolidação como grupo autônomo de agenda própria, estando à margem dos movimentos indígenas e LGBTQIA+. Que ambos os movimentos não deram atenção para a temática, sendo o movimento indígena não dando espaço para a diversidade sexual por se tratar de indígena LGBTQIA+ e o movimento LGBTQIA+ não dando atenção por se tratar de indígenas. Ambos os grupos queriam ser independentes e não fazer uma problematização epistêmica interseccional. Questões como *two-spirit*⁴ passam

⁴ Os chamados “Dois-espíritos” são nativos norte-americanos que desempenham papéis mistos de gênero, tradicionalmente encontrados entre muitas comunidades indígenas desses dois países. Os papéis incluíam vestir roupas e executar o trabalho de ambos os gêneros, masculino e feminino. O termo usualmente implica um espírito masculino e outro feminino vivendo no mesmo corpo e foi

a serem debatidas nos Estados Unidos e Canadá, onde muitos ativistas se organizam para o levantamento e análise sobre este comportamento ameríndio encontrado na América do Norte, afim de promover a reflexão sobre a homossexualidade indígena.

Nesse sentido, em primeiro momento, minhas preocupações analíticas partiram da pergunta: “por que nos Estados Unidos e Canadá houve condições para um movimento continental, a partir de um discurso tradicional e de um identidade pan-indígena em torno dessas sexualidades indígenas enquanto no Brasil, o fenômeno é enxergado (quando é) como perda cultural?” Dito de forma direta: “por que lá sim e aqui não?”. (Fernandes, 2014)

Para entendermos essa prática, é necessário pensarmos que a adoção dos indígenas norte-americanos desse comportamento acabou por fortalecer essa identidade não binária, fazendo com que o Estado passasse a reconhecer e aceitar como cultural, o que não se enquadra no nosso contexto brasileiro. A partir disso várias perguntas vem surgindo, sabendo que o campo antropológico e em várias pesquisas realizadas no Brasil chegaram a conclusão de que haviam práticas que fugiam da heteronormatividade, mas por que essa temática nunca foi tão importante para a literatura antropológica? Já que é uma discussão que envolve determinada sociedade e seus indivíduos.

Outros debates acerca da homossexualidade indígena vem ocorrendo já algum tempo. Sites, blogs e mídias sociais como Facebook YouTube tem sido uma fonte de conhecimento para quem quer buscar entender um pouco mais sobre a homossexualidade em comunidades indígenas. Recentemente saiu uma matéria no site *G1 Distrito Federal* “Indígenas e gays: jovens contam como é ser LGBT dentro e fora das aldeias”. O texto traz contribuições muito importantes para a reflexão da temática, como a antropóloga Braulina Aurora, da etnia Baniwa, que estuda definições de gênero no meio indígena, ela diz que o entendimento da identidade (pode se ler orientação sexual) está ligado ao respeito que a comunidade tem com a situação. E fala sobre o desafio de descolonizar os mais velhos para que entendam

cunhado pelos gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros americanos nativos da atualidade para descrever a si próprios e os papéis tradicionais que eles reivindicam. Existem muitos termos indígenas para esses indivíduos nas várias línguas indígenas americanas. A existência de homens dois-espíritos parece ser algo recorrente na maioria dos grupos indígenas, documentadas em mais em todas as regiões da América do Norte (Disponível: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Dois-esp%C3%ADritos>>. Acesso: 21/03/2019).

que a homossexualidade não é uma doença, mas sim apenas mais uma sexualidade⁵.

Danilo Ferreira do povo Tupinikim, do Espírito Santo, também relata sobre sua vivência enquanto indígena gay. “Até então, eu achava que eu era o único gay do mundo, na aldeia eu não tinha referências, a única coisa que eu tinha era o contato diário com o preconceito”, o relato de Danilo demonstra o quanto o processo colonizador afetou a vida dos povos indígenas em suas práticas de convivência. E ressalta: “Ai descobri que posso ser do jeito que eu quero, que não estou errado. Que o preconceito era uma questão de colonização machista e homofóbica que meu povo sofreu”. Danilo é ativista LGBTQIA+ e se junta com outros colegas na Universidade de Brasília (UnB) para debater sobre questões em torno da diversidade sexual e pensar como levar esses conceitos para suas próprias comunidades (lb.).

Fernandes defende que boa parte dos povos indígenas não tinha, no passado, a homossexualidade como tabu -- a exemplo dos povos Tupinambás. Segundo Estevão Rafael Fernandes (2019), “a literatura traz longos relatos sobre indígenas que, em 1530, eram chamados pelos jesuítas de sodomitas”. A homofobia é o fator principal para que esse debate se torne invisível tanto dentro da comunidade indígena, quanto as reflexões na produção científica que atualmente está ganhando força.

Patrícia Carvalho Rosa, em seu artigo *“Do sexo malfeito. Transformações morais e dispositivos de sexualidade indígena”* (2016), aborda sobre questões de sexualidade indígena com recorte para o povo Ticuna, fala do que seria o “sexo malfeito”, como ela bem coloca em seu resumo:

Este artigo explora a ideia de “sexo malfeito”, glosa disposta por sujeitos Ticuna ao dispositivo de sexualidade operativo no âmbito de suas alianças matrimoniais. Toma-se como foco de análise epistemologias políticas e morais que o circunscrevem, simultaneamente, enquanto relações incestuosas (womãtchi), preservando laços entre pessoas aproximadamente aparentadas, consanguíneos ou afins, a as transformações pelas quais suas variações se expressam, particularmente comunicadas a partir dos efeitos da conversão religiosa, atrelando-se em noções de “pecado. (2016)

⁵ (Disponível: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/01/19/indigenas-e-gays-jovens-contam-como-e-ser-lgbt-dentro-e-fora-das-aldeias.ghtml?fbclid=IwAR18k5Qq-4IfLUBI64Z8gzKqApddB6USsnKSQeQp_258TVb2O72kjK324Po. Acesso em:20/01/2019).

Rosa afirma que no povo Ticuna, os indígenas que se envolvem com outros índios de mesmo sexo são considerados “parentes vazios”, tal afirmação é caracterizada pela própria liderança indígena, autoridades ou pastores parentes (indígenas que praticam o cristianismo) da comunidade que acreditam que esses indígenas que tem relacionamentos homoafetivos fugindo do padrão normativo tradicional e binário precisam de conversão, cura ou serem salvos por estar praticando “pecado”, o que denota uma grande influência da religião cristã na cultura Ticuna.

Segundo Rosa (2016, p. 76),

Por sua vez, “casais de mesmo sexo”, igualmente pelo excesso de similaridade, são apresentados como “parentes vazios” pelas justaposições generizadas, “homens com homens, mulheres com mulheres”. Os contrastes etnográficos de interesse nessas comparações relacionais residem no fato de que para alguns indígenas, especialmente as figuras de “autoridades” dos “pastores parentes”, estes “casais de mesmo sexo” são “os parentes gay; “parentes machudas”; aqueles que, em certas circunstâncias, “precisam ser consertados”, “curados”, “salvos”. O ultraje dessas relações é entendido mediante discursividades de que essas condutas homossexuais desestabilizam uma série de valores e códigos e se impõem como uma gramática imoral aos modos de ser desses sujeitos (Rosa, 2016).

A autora traz em seu texto o casal de mulheres Ticuna Juliana e Sara, o que para nós seria um relacionamento lésbico, para os Ticuna elas são “*ngue tuguma mãêgué*” (mulheres indígenas que gostam de fazer sexo com mulheres). Elas relatam que vivem fora da comunidade indígena, porém nas proximidades dela para que possam viver como casal homoafetivo. Já outros continuam na comunidade, como Rosa apresenta em seu texto: “outros, que seguem vivendo nas áreas indígenas, em muitas situações ‘disfarçam’ seus relacionamentos visando evitar ‘conflitos’, provocando também sanções aos seus ‘jeitos de querer namorar’” (2016, p. 84).

Juliana e Sara são vistas na comunidade como “sexo malfeito”, quando se relacionam com pessoas do mesmo sexo ou casam-se com pessoas do mesmo clã. Mas acreditam na necessidade de quebrar o tabu para esses novos debates dentro da comunidade:

Mediante isto, o casal planeja realizar o “casamento no papel”. O pretendem formalizar usando-se dos recursos formais de união estável realizável no cartório da cidade para com isso, “mostrar a situação e quebrar o tabu sobre

a vida de mulheres indígenas que gostam e se sentem realizadas ao fazerem sexo com mulheres (*ngue tuguma mãêguê*) (2016, p. 84).

A indígena Eduarda Tuxá é da etnia Tuxá, do município de Rodelas, no interior da Bahia. Em texto escrito para o blog Aldeia Literária, Eduarda Tuxá deu ao seu texto o título *“Pelo direito de ser quem sou: mulher indígena e sapatão”* e nessa produção ela vai falar exatamente da resistência necessária para a existência do debate sobre diversidade sexual na comunidade indígena. E fala como o processo da colonização e a interferência religiosa causou/causa o apagamento da existência de indígenas LGBTQIA+:

A homossexualidade é um tema ainda muito rechaçado entre os indígenas, muitos povos negam que existam LGBT'S em suas comunidades, pois acreditam que ser gay é coisa de branco, é aculturação. Hoje, para mim, coisa de branco é a homofobia e/ou qualquer fobia a formas diferentes de viver a sexualidade que não a heteronormativa. É possível encontrar registros que comprovam a liberdade sexual que os indígenas gozavam antes da chegada dos colonizadores, ou seja, a medida que se avançava a colonização também se avançava os valores morais e religiosos do invasor. (TUXÁ, Eduarda, 2019).



Ilustração de Eduarda Tuxá. Fonte:
<http://aldeialiteraria.blogspot.com/.10/03/19>.

O pesquisador e professor Estevão Fernandes no artigo *“Ser índio e ser gay: tecendo uma tese sobre homossexualidade indígena no Brasil”* (2017) faz menção aos indígenas norte-americanos os *“two-spirit”* (dois espíritos), assim que eram chamados os indígenas que tinha práticas homoafetivas, acreditavam que esses indígenas nasciam com dois espíritos. “Em 1990, por ocasião da *Third Native American/First Nations Gay and Lesbian Conference*⁶, em Winnipeg, estudiosos,

⁶ O termo *two-spirit* passou a ser utilizado pelo movimento gay norte-americano em 1990, durante a terceira conferência de gays e lésbicas nativo-americanos/primeiras nações em Winnipeg (Jacobs,

indígenas e ativistas resolveram adotar o termo *two-spirit* (2017, p. 5). A expressão foi criada por envolver questões políticas e amenizar o “peso” da palavra “homossexualidade”, já que para os nativos de algumas comunidades indígenas norte-americanas ser homossexual era tratado como depravação. Muitos indígenas viviam em perímetro urbano para poder viverem com sua forma de vida longe da opressão que sofriam dentro da comunidade por parte de familiares, contudo, muitos indígenas vieram a se contaminar com o vírus HIV e preferiam voltar para suas terras para que seus últimos dias de vida fossem próximos aos familiares, como traz Fernandes em citação de tradução própria:

Muitos homens nativo-americanos urbanos tentaram voltar pra casa em suas reservas para passar seus últimos anos com suas famílias antes de morrer por complicações da infecção pelo HIV. Cada um de nós ouviu histórias pessoais de homens que não eram bem-vindos em “casa” por que tinham “doença de gay branco” e que homossexualidade não era parte da cultura tradicional. Usando a palavra *“two-spirit”*, enfatiza-se o aspecto espiritual de vida e minimiza-se a persona homossexual [1997: 3, tradução minha] (2017, p. 5)

Nayo Aragón (2016) também traz sua contribuição sobre os *“two-spirit”*, os indígenas norte-americanos. Para Aragón a homossexualidade sempre fez parte da cultura dos nativos norte-americanos e que a interferência da religião e da colonização no país fez com que os nativos não procurassem saber mais sobre a realidade da existência de indígenas *“two-spirit”*.

El caso de los nativos americanos nos hace preguntarnos fuertemente si estas conductas de flexibilidad en los roles de género son realmente 'antinaturales' como la moral occidental y cristiana que rige en nuestro país, que fue colonia también, nos ha enseñado. Si en otras sociedades estas conductas fueron tomadas como normales -y hasta como "una bendición del Creador"- sin que ocurra una catástrofe por ello ¿Por qué mucha gente cree que su homofobia/transfobia es una 'defensa por lo natural'? (2016).

Os nativos americanos relatam que era muito comum a existência de nativos *two-spirit* e que em suas comunidades não existia uma regra para determinar quem era homem ou mulher para que fossem considerados “membros normais”

Thomas, Lang, 1997). Enquanto o termo *two-spirit* foi proposto para ser inclusivo para os povos indígenas que se identificam enquanto LGBTQ, o que tem sido contestado, já que enfatiza o aspecto espiritual de vida e minimiza a pessoa homossexual e não pode ser adequadamente traduzida em línguas e termos nativos-americanos (Jacobs, Thomas, Lang, 1997). Enquanto o termo *two-spirit* não é totalmente acordado, porém, muitos indivíduos nativos contemporâneos abraça a nomenclatura (tradução minha).

(heteronormativos) em suas comunidades. E quem nascia *two-spirit* era considerado sagrado por nascer com um tipo de dom, afirma Aragón:

Es más, como cuenta la página Indian Country Today, la gente que tenía características tanto "masculinas" como "femeninas" era vista como dotada de dones por la naturaleza y, por lo tanto, capaz de entender los dos lados de todo. En todas las comunidades se reconocían estos roles de género, solo que con distintos -pero muy parecidos- nombres: Mujer, hombre, mujer de dos espíritus, hombre de dos espíritus, y transgénero (2016)

E novamente reafirma o quanto o processo da colonização comparado à atualidade com o passado e o quanto fez interferência na cultura *two-spirit*, e que, essas famílias que teriam um membro *two-spirit* eram consideradas sortudas pelo presente dado pela natureza:

Al contrario de lo que vemos en la actualidad, la gente de 'dos espíritus' en la América pre-contacto europeo era altamente venerada, y las familias que tenían un miembro así entre ellos era considerada suertuda. Se creía que el hecho de que una persona pueda ver el mundo con los ojos de ambos 'espíritus' (femenino y masculino) al mismo tiempo era un regalo del Creador (Aragón, 2016).

Contudo, pensar o *two-spirit* também como parte de uma diversidade sexual que foi denominada de acordo com seu local é muito importante para a compreensão de gênero, identidade e orientação sexual em comunidades nativo-americanas, e que a colonização fez com que os próprios nativos conhecessem isso como pecado pela visão cristã

Lamentablemente, la influencia religiosa occidental generó serios prejuicios contra esta forma de diversidad de género practicadas por estos pueblos, lo que obligó a las personas afectadas a tomar una de las dos opciones forzadas o esconderse para proteger su vida. Historia conocida (Aragón, 2016)

Entretanto, acredito que pensar a homossexualidade que por muitas vezes foi reprimida ao logo da história e que com a chegada dos colonizadores a invisibilidade do tema foi sendo engavetada, que a influência religiosa fez com que culturas indígenas fossem modificadas e o natural, por serem práticas pertencentes à tradição dessas comunidades, passou a ser tratado como pecado e sodomia. Vale ressaltar, que pode ser pensando que a diversidade sexual nas comunidades indígenas não é apenas questão de corporeidade, mas que envolve questões

políticas, sociais, espirituais. Daí a relevância ao tratar da temática da diversidade sexual pautada na homofobia que venha ocorrer dentro e fora das comunidades, relatos de indígenas que sofrem fora da sua comunidade não por ser LGBTQIA+, mas por ser LGBTQIA+ e indígena. Do mesmo modo é relevante, refletir o quanto a literatura antropológica foi falha na produção de referenciais bibliográficos a partir de pesquisas que estudassem as sexualidades indígenas pautadas numa perspectiva para a orientação sexual. Pesquisas como a que proponho, abrem debates para que questões como essas sejam pautadas dentro do movimento LGBTQIA+ e que possa ser reverberado em outros espaços.

Como já mencionado em todo projeto, parto do suposto que é necessário pensar a existência de indígenas LGBTQIA+ como parte do debate interseccional, e mexer com as categorias históricas e ocidentalizadas para que possa pensar a homossexualidade indígena a partir de novos debates, onde o próprio indígena seja o protagonista de sua história, contribuindo não só para a quebra dos paradigmas, mas também para a educação sobre diversidade sexual em suas comunidades, para que não sofra discriminação por parte de familiares ou moradores de suas comunidades, bem como de regionais. Ressignificar a história indígena a partir da temática da homossexualidade como práticas culturais, assim como fizeram os *two-spirit*. Acredito que pensar no levantamento desses questionamentos fará com que indígenas LGBTQIA+ construa seus campos de resistência e conheçam sua própria história. Acredito que o acesso a materiais referentes à sexualidades indígena antes da colonização, fará com que não se sintam sozinhos nessa luta, que é a fase de entendimento quanto se descobrirem LGBTQIA+ indígena.

5 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Para a presente pesquisa utilizarei métodos qualitativos com levantamento bibliográfico que dialoguem sobre o tema. Para a elaboração do projeto utilizei para embasamento sobre a temática o artigo "*Homossexualidade indígena no Brasil: um roteiro histórico-bibliográfico*" (FERNANDES, Estevam Rafael, 2016), a fim de problematizar os reflexos da homossexualidade na cultura indígena. Para a execução do projeto utilizarei materiais como entrevistas disponibilizadas no YouTube pelo canal "Papo de Índio" referente a comunidade pataxó, grupo esse que

vem surgindo com novos debates referentes à diversidade sexual em seu grupo étnico. Fará parte também do procedimento metodológico, realizar o levantamento de textos históricos que trazem a abordagem das sexualidades indígenas escrito pela literatura, antropológica e história, mas que não foram usados ainda com aprofundamento para um debate interseccional sobre as questões de diversidade sexual nas comunidades indígenas. Como traz Fernandes em seu texto *“Homossexualidade indígena no Brasil – Desafios de uma pesquisa”* (2014):

Ao longo da pesquisa tenho observado que, há no Brasil, diversas referências a sexualidades indígenas operando fora do modelo heteronormativo desde a colonização. Autores como Mott (2011), por exemplo, trazem inúmeros exemplos de como o “pecado nefando” e a “pederastia” eram algo relativamente comum entre os indígenas: os Tupinambá chamariam de tibirá aos homens e de çacoaimbeguirá às mulheres que fossem o que chamaria hoje de “homossexuais” [...] (2014)

Assim, fazer o uso do material já disponibilizado é pensar o campo epistêmico que ainda não tem tido atenção para as questões sociais que envolve a homossexualidade na cultura indígena.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *O que é ineterseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ARAGÓN, Nayo. “*Antes de la colonia, los nativos americanos reconocían 5 géneros. Distintas tribus como los Navajo, los Cheyenne y los Cherokee utilizaban el término "gente de dos espíritus" antes de las imposiciones morales cristianas que llegaron con la Conquista*”. 2014, <https://redaccion.lamula.pe/2016/07/14/antes-de-la-epoca-colonial-los-nativos-americanos-reconocian-5-generos/nayoaragon/>. Acesso em: 23 de fev. 2019.

BRUNETTE, Peter. “*Na Annotated Bibliography of Books, DVD’s, and Internet Resources on LGBTQ/Two-Spirit Native American and First Nations People*”. GLBTRT Resources Committee. 2017, p. 1-20,

FERNANDES, Estevão R. “*Homossexualidade Indígena no Brasil: Desafios de uma pesquisa*”. *Novos Debates – Fórum de Debates em Antropologia*. V. 1, p. 26-33, 2014.

_____. “*Homossexualidade indígena no Brasil: Um roteiro histórico-bibliográfico*”. *ACENO*, v. 3, N. 5. P. 14-38. 2016.

_____. “*Ser índio e ser gay: tecendo uma tese sobre homossexualidade indígena no Brasil*”. *Etnográfica*, v. 21, 2017.

MARQUES, Marsília. “*Indígenas e gays: jovens contam como é ser LGBT dentro e fora das aldeias*”. 2019, <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/01/19/indigenas-e-gays-jovens-contam-como-e-ser-lgbt-dentro-e-fora-das-aldeias.ghtml>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PAPO DE ÍNDIO. *Sexualidade e Gênero - Bate-papo com uma Tupinambá*. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ObUi2OG4YIE>. Acesso em: 18 set. 2018.

ROSA, Patrícia Carvalho. “*Do ‘sexo malfeito’. Transformações morais e dispositivos de sexualidades*”. *ACENO*, v. 3, N.5, p. 73-93, 2016.

SIMÕES, J. A; FACCHINI, R. *Na trilha do arco-iris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TALENTO, Biaggio. “*GGB defende a canonização de índio gay*”. 2014, <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1644485-ggb-defende-a-canonizacao-de-indio-gay>. Acesso em: 20 jan. 2019.

TUXA, Eduarda. “*PELO DIREITO DE SER QUEM EU SOU: MULHER INDÍGENA E SAPATÃO*”. 2019, <https://aldeialiteraria.blogspot.com/2019/02/pelo-direito-de-ser-quem-eu-sou-mulher.html?m=1>. Acesso em: 27 de fev. 2019.

PLANET, Rose-France de Farias. "I-mã a kupên prãm! Prazer e Sexualidade entre os Canelas". Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão; École patrique des Haustes Études, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Luís, 2010.